

**O NASCIMENTO DO MONOLINGUISMO:
UM PARTO NADA NATURAL**

Deise Luci Pinto (UFF)
1970dlp@gmail.com

RESUMO

Este trabalho pretende, não exaustivamente, discutir sobre a questão do monolinguismo, levantada por Henrique Monteagudo, no texto *A invenção do monolinguismo e da língua nacional*, num diálogo com o texto de Einar Haugen, *Dialeto, língua, nação*, através dos quais buscam-se elucidar os conceitos de língua, dialeto e nação e estabelecer o relacionamento entre a primeira e a última, especificamente. Por meio de revisão histórica, o autor mostra como foi o processo de invenção da monoglossia e das nações como são conhecidas na atualidade e de que forma essa ideologia se consolidou nas sociedades modernas como resultado de um processo glotopolítico que teve início a partir do século XVIII mais expressivamente, mas que não teve um fim propriamente dito até os dias atuais.

Palavras-chave:

Língua. Monolinguismo. Nação.

ABSTRACT

This work intends, not exhaustively, to discuss the question of monolingualism, raised by Henrique Monteagudo, in the text *The invention of monolingualism and the national language*, in a dialogue with the text by Einar Haugen, *Dialect, language, nation*, through which we seek to elucidate the concepts of language, dialect and nation and to establish the relationship between the former and the latter specifically. Through a historical review, the author shows how the process of invention of monoglossia and nations as they are known today was and how this ideology was consolidated in modern societies as a result of a glotopolitical process that began in the 18th century more expressively, but which did not end properly until today.

Keywords:

Language. Monolingualism. Nation.

1. Introdução

Monolinguismo pode parecer um assunto que não mereça consideração, por ser a situação mais comum no mundo contemporâneo, na maior parte dos países ocidentais principalmente, mas não foi sempre assim e, por essa razão, o presente trabalho pretende analisar as considerações feitas por Henrique Monteagudo no texto “A invenção do monolinguismo e da língua nacional”, observando o diálogo que estabelece com o texto “Dialeto, língua, nação”, de Einar Haugen.

Ao refletir sobre o assunto, pode ser que haja uma ideia de que nada se encontre de especial ou diferente que possa justificar uma reflexão mais demorada – porém isso somente se dá quando se trata de um pensamento contemporâneo, fruto de mente ocidental e, mais precisamente, mente americana. Mas, especialmente, contemporânea.

A história nos mostra que o mundo não foi sempre dividido da forma que ora se apresenta: nem as fronteiras geográficas, muito menos as linguísticas. Antes, os territórios eram parcamente divididos e, guardadas as devidas proporções, numerosamente ocupados por povos falantes de línguas diversas; e, dessa forma, o plurilinguismo fazia parte do cenário comum e não constituía empecilho em absoluto para a comunicação. Podia ser que não fosse tão fácil quanto quando se possui um uniforme canal para esse fim, porém, tampouco foi essa urgência sentida para a invenção do monolingüismo nas sociedades surgidas/ criadas (da forma que foram) a partir do século XVIII.

Alguns fatores podem ser apontados como motivadores para que o monolingüismo se tornasse o que é atualmente na maioria das sociedades: o esperado, o normal, o certo.

2. As concepções em “Dialeto, língua, nação”, de Einar Haugen

Considerando o texto “Dialeto, língua, nação”, de Einar Haugen, observa-se que a problemática envolvendo as diferentes línguas começa na conceituação das próprias palavras ‘língua’ e ‘dialeto’, por exemplo, vistos dentro de um mesmo contexto. Essa dificuldade se dá a partir do momento que a classificação entre o que seja um ou outro já revela posicionamentos sociais e não somente linguísticos, uma vez que, normalmente, a partir de uma visão historiográfica, pelo menos, o termo ‘dialeto’ sempre esteve em posição inferior ao que se entende como ‘língua’, que é mais prestigiada, bem como o povo que a utiliza em primeiro lugar. Entretanto, o que o autor salienta é justamente que esses termos não deveriam ser usados de forma diversa de um *continuum*.

Para explicar tal fenômeno, o autor lançou mão de conhecimentos acerca de línguas faladas na região da Grécia para explicar que os dialetos, conhecidos com tal referência, eram variedades escritas, cujos nomes remetiam sua própria região, e que serviam a diferentes propósitos: a história, a lírica e a tragédia, por exemplo. A união de todas elas, com normas escritas distintas, porém aparentadas, é que se chamava de grego.

Foi justamente esse parentesco o que restou quando do desaparecimento dos chamados dialetos para o surgimento de uma norma grega unificada, chamada *coiné*, que resultou de uma convergência linguística entre os dialetos que existiam anteriormente – essencialmente o dialeto de Atenas, que constituía o centro cultural e administrativo dos gregos.

Essa situação grega serviu de modelo para dois eventos posteriores – o primeiro foi o fornecimento de um modelo para o uso dos termos ‘língua’ e ‘dialeto’; o segundo foi o modelo adotado para a escolha da língua a ser prestigiada em detrimento das demais, que estariam dividindo o mesmo espaço geográfico.

Dessa forma, tem-se que ‘língua’ pode referir-se a uma norma ou a um conjunto de normas linguísticas, ‘dialeto’ é algo inferior à língua, resultando na aceitação de que “todo dialeto é uma língua, mas nem toda língua é um dialeto” (HAUGEN, 2001, p. 100).

Surgiu, também, no uso francês, o termo *patois* para se referir à língua falada primordialmente (e não necessariamente escrita), enquanto o dialeto passou a ser visto apenas como a variedade regional de uma língua. Os dialetos (das diversas regiões francesas) eram padrões escritos regionais – como os gregos – embora não tivessem atribuição funcional como esses, e, mais tarde, foram substituídos pelo padrão escrito de Paris.

Ao deixar de ser falado, o dialeto automaticamente tornava-se um *patois*. Com o tempo, sob a observação de que um *patois* não era utilizado para fins literários, mas, sobretudo, em situações informais, houve uma assimilação com a ideia de que “um *patois* é um dialeto que serve uma população em suas funções menos prestigiadas” (Haugen, 2001, p. 100). Essa distinção não era mais entre tipos de língua, então, mas entre funções de língua, o que levou e leva ao questionamento sobre as funções sociais de uma língua, uma vez que determinariam qual seria prestigiada em detrimento das demais.

É nesse ponto que o termo “dialeto” começa a ser usado de forma mais pejorativa, como quando é associado ao falar das pessoas de classe social mais baixa, ou rural, mas sempre a fala informal. Socialmente falando, dialeto é um tipo de língua que deve ser excluído da sociedade letrada, acadêmica, polida de maneira geral. Normalmente, a língua das classes mais favorecidas é que se configura como a forma correta de expressão – repetição do padrão grego supracitado.

Haugen aponta que, desde o Renascimento, é possível perceber entre os estudiosos sérios da questão o pensamento de que o termo “língua” estava intimamente associado à ascensão de uma identidade de nação e de uma consciência de unidade de um povo. Por isso mesmo, a necessidade de haver uma única língua e, por esse mesmo motivo, a língua escolhida correspondia à que era falada entre os membros da elite daquela sociedade/nação em formação. Entre tais estudiosos, muito provavelmente, configuravam os revolucionários do século XVIII que, com muito critério e interesses próprios, criaram sociedades monolíngues a fim de criarem nações bem-sucedidas.

3. A contribuição de Henrique Monteagudo para a questão

É no texto de Henrique Monteagudo, professor e pesquisador do Instituto da Língua Galega, da Universidade de Santiago de Compostela, que se pode conhecer mais sobre a invenção do monolinguismo e da língua nacional. É esse mesmo autor quem vai buscar comprovar que não se trata de um fenômeno natural, mas de uma série de operações glotopolíticas – com a finalidade de exaltar uma única língua em detrimento das que com ela sobrevivem, sem, no entanto, gozarem do mesmo prestígio social – dependentes do Estado para manterem, de forma artificial, o resultado de tais articulações.

Importa saber que tal reflexão encontra maior importância quando entoada por esse autor, cuja ascendência é plurilíngue e cujo ambiente familiar foi bilíngue desde sua tenra infância. Para ele, o monolinguismo suscitou dúvidas, questionamentos, não era natural; e aponta o fato de que as pessoas se espantam com seu objeto de estudo. Isso porque, atualmente, os indivíduos nascem monolíngues, em comunidades sociais monolíngues e somente se tornam bilíngues (plurilíngues seria caso de raridade) mediante situações especiais, mais comumente através do aprendizado formal – não sendo de todo impossível o bilinguismo social, ou seja, o que ocorre a partir do contato com idiomas diferentes em ambiente social (o casamento, por exemplo) e não acadêmico.

Entretanto, conhecedor de que, já na antiguidade, as elites de Roma, por exemplo, eram bilíngues – o grego era a língua franca e o latim, a língua culta – e de que toda a Península Ibérica, ainda no século XIII, era uma região plurilíngue, suscitou a curiosidade de descobrir como as sociedades tornaram-se monolíngues.

Monteagudo define o monolinguismo como a homogeneização de populações falantes de várias línguas, ação mantida artificialmente pelos estados, a partir da exclusão de outros idiomas que não o definido como oficial, e que “tem muito a ver com a criação dos estados-nação de formato europeu” (MONTEAGUDO, 2012, p. 46). Portanto, percebe-se que o monolinguismo é, na verdade, mais uma ideologia do que uma realidade, uma situação factual e esse comentário encontra apoio na própria avaliação de Monteagudo de que a invenção da ideologia monoglôssica se deve à invenção da ideologia do estado-nação, a qual deriva do regime napoleônico e que é tão poderosa quanto a primeira na cultura ocidental.

De acordo com o professor Henrique Monteagudo, existem diferentes posicionamentos acerca das identidades nacionais; o primeiro, segundo os relatos tradicionais, assevera que essas têm origem remota e que cada nação tem séculos de existência, essência imutável, fundamentos e objetivos, entre os quais figura a língua, além de território, raça, unidade, originalidade cultural e psicologia coletiva. Por outro lado, apresenta o construtivismo, segundo o qual a proposta seria de que “as nações e as correspondentes identidades nacionais são artefatos de fabricação recente, resultados de processos característicos da modernidade” (MONTEAGUDO, 2012, p. 46). Ainda, mesmo entre os construtivistas, há os que sejam moderados e creem que a invenção da identidade nacional seja, na verdade, uma reinterpretação de elementos tradicionais pré-existentes e os que sejam mais radicais, que a entendem como algo que partiu praticamente do nada, ou seja, quase uma invenção.

4. Os modelos napoleônico e herderiano de criação das nações ocidentais contemporâneas

Não importando, neste momento, definir que corrente de pensamento corresponde à realidade dos fatos, o que se observam, ao longo da história, são dois modelos de criação de sociedade monoglôssica e ambos passam pela ideologia da unidade nacional. O primeiro modelo, chamado napoleônico, pelo seu esforço em buscar consolidar os princípios fundamentais da Revolução Francesa de 1789 – soberania nacional, governo do povo, igualdade entre os cidadãos – deu-se num ambiente multicultural e profundamente multilíngue, em que se falavam idiomas (ou dialetos) tais como o occitano, o bretão, o champanhês, o basco, o bretão, entre outros, e o francês parisiense, escolhido como a língua oficial, uma

vez que a elite financeira e pensante que patrocinou a Revolução encontrava-se naquela região.

A fim de promover a mudança necessária para escapar do Antigo Regime, em que o estado (território) era patrimonial e propriedade da dinastia reinante e, finalmente, instaurar as revolucionárias ideias que transfeririam a fidelidade dos súditos da Coroa para um governo do povo e para o povo, alicerçados num sentimento nacionalista, é que se buscou fundar a mentalidade nova de uma cultura homogênea, expressa numa língua comum, sob os princípios de igualdade entre os cidadãos e soberania do povo. Assim, partia-se da noção de estado francês para nação francesa, sob um processo de etnicização do estado e, irremediavelmente, cunhando o modelo napoleônico: um estado > uma nação > uma língua.

Esse processo não pode ser encarado como tão natural assim, pois foi preciso um trabalho de mudança de mentalidade, com o apoio da máquina estatal, através do uso administrativo da língua e do controle estatal sobre o aparelho educativo, para se chegar a um resultado que conhecemos na atualidade e que foi imitado em outros processos de criação de nação. À página 48 de seu texto, Monteagudo (2012) faz a seguinte afirmação:

Na superfície, esse discurso afirmava que os franceses já eram uma nação porque possuíam uma cultura e uma língua comuns, mas o que na verdade afirmava é que os franceses deviam possuir uma língua e uma cultura comuns para chegarem a constituir uma nação (...) as várias populações que habitavam nos territórios do velho estado dinástico são chamadas a se constituir em nação francesa, e para tanto, a abandonar as suas línguas seculares e adotarem o idioma francês. (MONTEAGUDO, 2012, p. 48)

A ideologia da monoglossia acabava de ser consolidada!

Data do mesmo período, um processo que não se encerrou até os dias atuais de declínio do uso das línguas minoritárias, as quais, na verdade, passam a ser verdadeiramente minorizadas, desde que o âmbito de seu emprego é normalmente os menos prestigiados da vida social, bem como seus falantes são estigmatizados pelo uso de uma língua ‘inadequada’ – o que leva à redução do número desses falantes, à impossibilidade de letramento institucionalizado nessas línguas e à sua consequente morte. Então, conforme explica Marcos Bagno em seu *Dicionário crítico de sociolinguística*:

A atual política de valorização e estímulo dessas línguas na Europa é, de fato, uma ideologia condescendente e paternalista, que só pode ser elaborada depois da cuidadosa marginalização (quando não da simples aniqui-

lação) dessas mesmas línguas nos últimos duzentos anos. (BAGNO, 2017, p. 279)

Ao mesmo tempo, de forma diversa – contrária mesmo – havia o modelo herderiano, o qual se configurou como uma língua > uma nação > um estado. Esse modelo foi assim conhecido por conta da inspiração que foi atribuída ao filósofo alemão Johann G. Herder (1744–1803) e logrou mais sucesso na Europa central e oriental, promovendo movimentos de unificação – Itália e Alemanha, por exemplo –, desmembração de Impérios – o otomano, entre outros – e a independência de países como a Noruega e a Finlândia. Todos esses processos também tiveram por base a ideologia de movimentos nacionalistas que relacionaram a língua com a identidade nacional e o estado, porém de forma oposta ao modelo napoleônico.

O autor explica que essas comunidades étnicas nutriam o desejo de criar um estado a partir da língua que compartilhavam, embora, muitas vezes, não fosse associada a uma tradição cultivada, sendo mesmo ágrafa em numerosos casos. Destarte, seu pensamento configurava-se contrário ao estatalista:

Somos uma comunidade diferenciada porque possuímos uma língua própria e distinta, e por isso mesmo constituímos uma nação, e como tal temos direito a um estado independente. (...) o que se reivindicava não era um estado independente, mas um estado federado em pé de igualdade com outras comunidades étnico-linguísticas. (MONTEAGUDO, 2012, p. 50)

Totalmente contrário ao processo de etnicização da política, nesse caso o que se observa é a politização da etnicidade, já que se configura um processo no qual a língua é o fator determinante para a criação da nação, muitas vezes, com a “desaparição de unidades políticas anteriores e da desmembração de partes de territórios doutros países” (MONTEAGUDO, 2012, p. 51), promovendo, assim, a fragmentação de impérios e o nascimento de estados. Além disso, outra diferença que se faz mister conhecer é que neste modelo o pluralismo não é necessariamente combatido/abolido – ele simplesmente não é forte o suficiente para ser tido como empecilho para a criação da Nação-estado.

5. Considerações finais

De qualquer forma, por um modelo ou por outro, o que o autor nos leva a concluir é que houve uma associação bem estreita entre língua,

identidade nacional e estado em toda a Europa e essa associação era excludente o bastante para estabelecer como norma o nacionalismo único e o monolinguismo e, conseqüentemente, a fomentação deste último entre os indivíduos. A partir da consolidação desse processo, o plurilinguismo passou a ser estranho, raro, anômalo, bem como os indivíduos bi- ou plurilíngues. Não se pode negar, portanto, que os dois processos são resultado de grandes transformações na consciência linguística das comunidades neles envolvidas, especialmente pela “criação e difusão de ideologias e discursos legitimadores da uniformização linguística, da hegemonia da língua nacional (...) e foi assim que se inventou o monolinguismo.” (MONTEAGUDO, 2012, p. 51)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Dicionário crítico de sociolinguística*. 1. ed., São Paulo: Parábola, 2017.

HAUGEN, Einar. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, M. (Org.). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001.

MONTEAGUDO, Henrique. A invenção do monolinguismo e da língua nacional. *Gragoatá*, n. 32, p. 43-53, 2012.

THIESSE, Anne Marie. Ficções Criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*. Porto Alegre: n, 15, 2001/2002.